

Qualidade da Educação no Brasil

Prof. Dr. Renan Antônio da Silva

As discussões sobre a qualidade da educação no Brasil suscitam questões sobre formação docente, financiamento, estrutura física do prédio, prática pedagógica, perfil socioeconômico do aluno e gestão escolar. Elementos considerados determinantes da qualidade da educação em uma unidade escolar.

No arcabouço das discussões estão as avaliações externas como forma de qualificar as escolas e os sistemas de ensino no país. A aplicação de testes que aferem o desempenho acadêmico de alunos das escolas públicas e privadas no Brasil tornou-se uma constante a partir da década de 1990, após a reforma do Estado e com uma nova agenda política para a área educacional, tendo em vista a reconfiguração da economia e a valorização de critérios como eficiência, eficácia, produtividade e competências para a educação brasileira.

A regulação do Estado na educação, construída na perspectiva dos governos neoliberais, denota uma mudança na ação do próprio Estado, do ponto de vista da não intervenção na economia e no mercado, a não ser como um avaliador dos serviços prestados.

Na área da educação, duas são as perspectivas de Estado a serem consideradas. A primeira delas é o **Estado provedor**, que atua efetivamente na oferta obrigatória e gratuita da educação básica. A outra perspectiva é o **Estado Avaliador**, que institui mecanismos para aferir a qualidade da educação ministrada nas escolas e nos sistemas de ensino, tendo como critério os mesmos parâmetros de eficácia, eficiência e produtividade. No caso da educação, o Estado Avaliador mede e avalia a qualidade da educação tendo como ferramenta os testes realizados em larga escala, cuja proposta promove *ethos* competitivo nas unidades escolares, assim como repassam para as escolas a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso demonstrado nas avaliações externas.

Com base nesses testes, são elaborados quadros demonstrativos de índices de desempenho, como é o caso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que reúne informações coletadas a partir do Censo Escolar e das médias de desempenho alcançadas no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e na Prova Brasil. O IDEB leva em consideração o fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) e as médias de desempenho dos estudantes em testes padronizados (avaliação externa).

A proposta do índice, portanto, considera somente os fins da educação e **não seus processos, tampouco suas especificidades.**

No entanto, existem algumas dimensões que contribuem para qualificar escolas e aumentar o nível do IDEB, mas que são negligenciadas pelos testes padronizados. O tipo de gestão, o ambiente educativo, a formação e as condições de trabalho dos profissionais da escola, sua estrutura física e a prática didático pedagógica, não são considerados no momento da aferição do IDEB. Contudo, constituem fatores determinantes para a qualidade, na medida em que se articulam em prol de um bom desempenho escolar.

Nesse sentido, não basta levar em consideração somente os indicadores e os resultados quantificáveis e mensuráveis sem refletir sobre as especificidades dos contextos e dos processos educativos (AFONSO, 2007). É

preciso entender como essas dimensões são engendradas no interior das escolas e como seus delineamentos conduzem à qualidade educacional, para além dos aspectos considerados pelas avaliações externas e compilados pelo IDEB.

Como parâmetro de análise, em uma simples carta, nada tão profundo (por enquanto), sobre a qualidade, teve-se como referência o IDEB e os Indicadores da Qualidade na Educação, documentos elaborados pelo MEC/INEP para balizar políticas, metas e ações que devem ser empreendidas pelas escolas brasileiras na busca de qualificar seus processos educativos.

Cabe destacar que, enquanto o IDEB é um referencial estatístico e quantitativo de qualidade, os Indicadores da Qualidade na Educação se configuram numa perspectiva mais reflexiva, pois articula o engajamento da própria escola na luta pela melhoria da qualidade. Para estabelecer parâmetros de reflexão e mobilização da escola, no que se refere à melhoria da qualidade, os Indicadores da Qualidade na Educação estabelecem elementos fundamentais denominados dimensões, a saber: **ambiente educativo, prática pedagógica e avaliação, ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escolar, espaço físico escolar e, finalmente, acesso, permanência e sucesso na escola.**

O IDEB é um indicador estatístico, condutor de políticas públicas de melhoria da educação. Seu cálculo é baseado no tempo de permanência dos alunos na escola e na média de desempenho dos estudantes em testes padronizados. As metas do IDEB são bienais e servem para traçar a evolução dos índices de qualidade da educação no país, assim como para mobilizar uma série de ações estratégicas das escolas e sistemas de ensino para o alcance das metas estabelecidas.

No entanto, essas metas estão relacionadas somente às médias de desempenho acadêmico dos alunos e às taxas de rendimento escolar, **não havendo ligação alguma entre os contextos específicos de cada escola, ou suas peculiaridades.** Contudo, entende-se que esses contextos específicos conduzem a escola aos resultados apresentados pelo IDEB, influenciando dessa forma a qualidade da educação.

Há, nesse sentido, algumas dimensões ou elementos próprios do ambiente escolar que contribuem para a qualidade e que estão além das taxas de desempenho e fluxo. Diante disso, cabe perguntar: quais são os elementos ou dimensões que, no interior de duas escolas municipais de ensino fundamental, contribuem para elevar a qualidade educacional e que estão além do enfoque pedagógico e dos conceitos de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) e médias de desempenho?

Para responder a essas perguntas, procurar-se-á analisar durante **este tempo de quarentena** as dinâmicas conduzidas pelas próprias escolas públicas municipais, particulares, universidades, etc., tendo como pressuposto o Indicadores da Qualidade na Educação. Portanto, esta primeira carta insere-se num conjunto de investigações sobre qualidade da educação aferida por meio de avaliações externas e procura evidenciar qual o impacto dos Gastos Municipais em Educação na Proficiência dos Alunos da Rede Municipal de Ensino. Caso exista, qual a sua magnitude?

Uma avalanche de avaliações assolou as instituições educacionais. Foram criados exames nacionais ou mecanismos para uma avaliação padronizada em

larga escala do primeiro ano do Ensino Fundamental à Pós-graduação, como o Provinha Brasil (BRASIL, 2007c), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (BRASIL, 2005b), o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) (BRASIL, 1998), o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) (BRASIL, 2011b), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (BRASIL, 2004a), o Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA) (BRASIL, 2004b), o Sistema de Indicadores de Resultados (SIR) da Pós-graduação definido pela Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES) (BRASIL, 2007d).

Certamente processos avaliativos fazem parte da rotina de trabalho do professor interessado em conhecer o nível de apropriação pelos alunos dos conhecimentos ensinados, para reorientar suas aulas, para identificar onde estão as dificuldades dos alunos, para rever metodologias de trabalho. A avaliação processual e ao fim do ano permitem aferir a possibilidade de o aluno prosseguir seus estudos ou não. Avaliar é preciso. Contudo, nos últimos tempos, a reificação da realidade, tomada como valor absoluto nos debates sobre avaliação, parece ter se tornado a mola mestra a gerar animosidades no campo das políticas públicas e na relação com os professores. Muitas das ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2007b).

Justifica-se considerar as políticas públicas educacionais, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, e segundo o Relatório da UNESCO (DELORS, 1998). A partir desses marcos, educação apresenta princípios que, além de reforçarem cada vez mais a responsabilidade sobre os saberes cognitivos adaptados à civilização, pois esses são as bases das competências do futuro, inserem, também, em seu escopo, a responsabilidade social.

Desde então, as políticas educativas são consideradas, não só como um processo permanente de enriquecimento dos conhecimentos, das competências, do saber-fazer, mas também uma via privilegiada de construção da própria pessoa, das relações entre indivíduos, grupos e nações.

No cenário contemporâneo, no qual a mobilidade dos sujeitos impõe desafios às sociedades é relevante o papel da educação e políticas públicas à formação e à dignidade. Na segunda metade dos anos de 1990, apresentam-se os pilares nos quais se deve sustentar a educação no século XXI, que é vista como a Utopia Necessária, pois, além dos saberes cognitivos, aprender a aprender, e das competências, aprender a fazer, para o desenvolvimento da humanidade, inserem-se: o aprender a conviver, ou a viver juntos, para o aprender a ser (DELORS, 1998).

Educar segundo esses parâmetros possibilita ao indivíduo uma formação sólida, que permite o desenvolvimento de um olhar crítico sobre a realidade, sobre a vida e suas múltiplas formas de se organizar, sobre as formas de viver e de conviver com o outro e, acima de tudo, para a construção de um mundo melhor, um mundo que necessita ser transformado para garantir uma existência digna e uma vida de qualidade para todos. Educar para humanizar, para o respeito ao outro, para com seus patrimônios culturais, compreendendo a cidade como um bem comum, de maneira que promova o desenvolvimento moral, ético, social e cultural dos cidadãos.

Vale lembrar que a educação, que entende que o indivíduo tem direito à cultura, à fruição dos patrimônios culturais, também visa a uma formação para a participação e de interferência nas decisões públicas sobre as políticas

culturais e educacionais, que, por intermédio de sua articulação com os movimentos sociais exija o direito individual e da comunidade à cultura, à educação, ao direito de produzir cultura, em uma perspectiva de superação e de oposição a políticas neoliberais voltadas à cultura, que têm como princípios transformar a cultura em serviços, em mercado, que na **maior parte das vezes atende a uma pequena parcela elitizada da população.**

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Roberto R. Descentralização fiscal, políticas sociais e transferência de renda no Brasil. Santiago do Chile: Instituto Latinoamericano e do Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES), 2007.

BRASIL. Decreto Presidencial nº. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 243 de abr. 2007.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Resolução/CD/FNDE nº 047, de 20 de setembro de 2007. Altera a Resolução CD/FNDE nº 29, de 20 de julho de 2007, que estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar e voluntária a projetos educacionais no âmbito do Compromisso Todos pela Educação, Brasília, 2007.

_____. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006^a. Dá nova redação aos arts. 7º, 23º, 30º, 206º, 208º, 211º e 212º da Constituição Federal e ao art. 60º do Ato das disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 11. abr. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Encontro Nacional – PDE: VISÃO INSTITUCIONAL. Brasília, 28 e 29 de jul. de 2008. Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), relatório dig. Professor Francisco de Assis Pereira Piolho.

_____. Instituto Nacional de Pesquisa Educacional. Dados e informações educacionais, 2007. Disponível em <<http://www.INEP.gov.br>>. Acesso em: 05 de abr. 2020.

_____. Ministério da Educação. Índice de Desenvolvimento da Educação. 2007. Disponível em <<http://www.IDEB.INEP.gov.br>>. Acesso em: 11. abr. 2020.

_____. Ministério da Educação. Programas e Ações da Educação Básica a serem consideradas no âmbito do Compromisso Todos pela Educação. Brasília, 2007, 71 p. Documento digitado.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Proposta do Curso de Especialização em Gestão Escolar. Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica. Brasília, outubro/2006.

_____. Ministério da Educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação. Razões, Princípios e Programas. Brasília: MEC, 2007.

DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1998.